

Comunidade do Pilar e a revitalização do bairro do Recife Possibilidades de inclusão socioespacial dos moradores ou gentrificação

Nancy Siqueira Nery¹
Cláudio Jorge Moura de Castilho²

Resumo

Analisam-se e discutem-se as relações atuais entre o processo de requalificação urbanística e os moradores da Comunidade do Pilar, no Bairro do Recife, Recife/PE. Para isso, considerou-se, primeiramente, a história das ações do Plano de Revitalização do Bairro, elaborado na década de 1990, o qual, a partir da divisão da área do bairro em setores, propôs várias intervenções com o objetivo de fomentar a dinamização econômica do lugar associando-a a preservação do patrimônio construído. Em seguida, identificaram-se as propostas do Plano de requalificação urbanística, voltadas diretamente para a área do Pilar, onde estão assentados moradores de baixa renda (pobres) desde a década de 1970. Por último, identificaram-se as propostas atuais de inclusão socioespacial dos moradores da Comunidade do Pilar, partindo do princípio que, hoje, já se tem um projeto de ações concretas que possibilitam a permanência dos moradores da área. Mas é preciso investigar em que medida essas ações efetivarão a inclusão socioespacial daqueles moradores ou possibilitarão a gentrificação do lugar.

Palavras-chave: revitalização, requalificação urbanística; inclusão socioespacial, Comunidade do Pilar, gentrificação.

Abstract

Analysis and discussions concern current relations between the urban re-qualifying process and dwellers of the Pilar community at the Recife neighbourhood, in the city of Recife, state of Pernambuco. First consideration was given to actions comprising the 1990s neighbourhood revitalization plan which divided the area into specific sectors and put forward several interventions aiming to boost the economic development of the place, associating these measures to the conservation of the existing qualified buildings. The next stage concerned the identification of the proposals of the urban re-qualifying plan, specifically developed for the Pilar area, where low-income (poor) dwellers have been living since the 70s. Finally, we proceeded to the identification of the current proposals for social-spatial inclusion of the dwellers of the Pilar Community, as there is currently a project involving positive actions to keep the dwellers in the area. Nevertheless, it is vital to make sure if these measures will actually promote the socio-space inclusion of those dwellers or could lead to the gentrification of the area.

Key-words: revitalization, urban re-qualification, social-spatial inclusion, Pilar Community, gentrification.

¹ Professora da Faculdade de Ciências Humanas – ESUDA. Mestranda do Programa de pós-graduação em Geografia-UFPE-PPGEO. E-mail: nerynancy@gmail.com

² Professor Doutor da Universidade Federal de Pernambuco do Programa de Pós- graduação em Geografia – UFPE-PPGEO. E-mail: cjmc@ufpe.br

1. Introdução

O artigo lança uma reflexão teórica acerca das possibilidades concretas de inclusão socioespacial dos moradores pobres que ainda vivem no Bairro do Recife, localizados no Polo Pilar³, um lugar construído por eles mesmos desde os anos 1970.

A análise é feita a partir da apresentação das diretrizes gerais das ações do Plano de Revitalização idealizado para o referido bairro, destacando, ao longo do seu processo de execução, os seus objetivos específicos em relação aos moradores do Pilar. Em seguida, apresentam-se, com base em relatórios fornecidos por órgãos institucionais competentes, as caracterizações das condições econômicas, sociais e habitacionais dos seus moradores, com o intuito de saber como eles estão inseridos na área e como estão sendo considerados pelos agentes do referido Plano.

Com fundamento em conceitos relativos à natureza de processos de revitalização de áreas urbanas centrais – dentre os quais se tem destacado os de gentrificação, cujo conceito é apresentado pela primeira vez nos anos 1970, conforme citação abaixo; de inclusão social. Lança-se, portanto, questionamentos quanto às condições concretas dos referidos moradores inserirem-se de fato, mediante o processo de revitalização do Bairro do Recife, na vida da cidade numa perspectiva de transformação das condições de precariedade social e de trabalho em que se encontram.

O termo gentrificação foi utilizado pela primeira vez por Ruth Glass no início dos anos sessenta [...] para descrever o processo mediante o qual famílias de classe média haviam povoado antigos bairros desvalorizados do centro de Londres, ao invés de se instalarem nos subúrbios residenciais, segundo o modelo até então dominante para essas classes sociais. Por essa noção a autora compreendia, ao mesmo tempo, a transformação da composição social dos residentes de certos bairros centrais, por meio da substituição de camadas populares por camadas médias assalariadas; e um processo de natureza diferente: o de investimento, reabilitação e apropriação, por essas camadas sociais, de um estoque de moradias e de bairros operários ou populares. (Bidou-Zachariasem, 2006, p.22)

O processo de revitalização de áreas centrais, notadamente aquelas de valores históricos e culturais, tem sido objeto de vários debates e investigações no que diz respeito ao seu papel na construção da diversidade social das cidades. Alguns desses processos consideram, inclusive, a necessidade de proporcionar a inclusão de camadas sociais mais pobres existentes no lugar. Mas, são desconhecidas experiências no que tange a ações de fato promotoras de inclusão socioespacial de habitantes pobres existentes nas áreas, alvo dos referidos planos.

O artigo retoma e aprofunda esse debate numa perspectiva que considera a necessidade de se fazer valer o “direito à cidade”, também, das camadas, socioespacialmente vulneráveis que habitam os centros históricos. O que se faz relevante é a prática de um planejamento e de uma gestão urbana que considera a complexidade socioespacial dos lugares, foco dessas ações, na sua totalidade – objetos, ações e pessoas. Não adianta requalificar uma área de valor histórico,

³ Denominação da área do Pilar, segundo o Plano de revitalização do bairro do Recife.

desconsiderando a necessidade de incluir a população pobre residente. Ações que negam essa premissa não garantem a conservação do patrimônio construído nem muda a vidas das pessoas nem da cidade, muito pelo contrario, agrava os seus problemas atuais.

Ao mesmo tempo, temos de admitir que, numa sociedade de classes, com profundas desigualdades socioespaciais, o direito à cidade é reservado para algumas poucas classes, a depender da sua capacidade de enfrentamento dos conflitos inerentes ao território. Por isso, estamos considerando o grau de participação dos seus principais atores, isto é, dos moradores, já que os espaços urbanizados de grande valor histórico e cultural e, conseqüentemente, de grande valor imobiliário pertencem a todos e não apenas a classes sociais específicas. A participação dos moradores em todas as etapas do processo de requalificação deve ser considerada, portanto, como um instrumento na construção do sentimento de pertencimento ao lugar, levando-os à consciência do seu direito ao lugar e, conseqüentemente, à cidade.

Historicamente, a área central do Recife, considerada área de preservação, já vivenciou inúmeras intervenções, em nome da modernização e da qualificação urbana, mas que resultaram em processos de caráter seletivo e excludente. Este artigo recoloca a natureza dessas intervenções, bem como vislumbra as atuais condições concretas dessas ações, no sentido de tornar-se algo diferente do que já foi apresentado para a área, ou melhor, para as pessoas que ali estão morando, trabalhando e vivendo.

A requalificação urbanística do Pilar

A questão da requalificação urbanística da área do Pilar, recolocada hoje, numa perspectiva de inclusão socioespacial dos seus moradores, não pode ser discutida sem considerar o que já foi colocado, antes, no Plano de Revitalização do Bairro do Recife (PRBR). Documento concluído em 1993 (Furtado, 2001, p.12).

As atividades que deram partida e consolidaram a revitalização do bairro do Recife foram aquelas de animação cultural e lazer. Elas constituem a base para a satisfação de um dos objetivos do PRBR, que era criar um novo pólo de atração para a cidade e um ponto importante para o turismo, contudo elas não são suficientes para garantir a continuidade e a manutenção do processo de revitalização. O PRBR previu esta ocorrência e apontou a estratégia a ser seguida. Faz-se necessário expandir a recuperação de outras áreas degradadas no bairro do Recife, introduzindo um conjunto de novas atividades que impulsiona a vida urbana e garanta a qualidade ambiental. A área prioritária de intervenção é, sem duvida, o Polo Pilar. (Zancheti, Marinho e Lacerda, 1998, p.05).

O PRBR dividiu a área do bairro em três setores os quais, por sua vez, foram considerados como Pólos (**Figura 01**): Setor de intervenção controlada (Pólos Alfândega /Madre de Deus, Bom Jesus e Arrecifes), definido por aquelas áreas que abrigam um conjunto edificado de valor cultural reconhecido e onde deveriam ser promovidas as recuperações em termos de infraestrutura, reciclagem dos imóveis e dinamização das atividades; Setor de Consolidação (Polo Capibaribe) ocupado por instituições públicas que deveriam implementar ações de parceria visando à dinamização das áreas de convívio; e Setor de Renovação Urbana (Polo Pilar) “[...]

aquele que oferece disponibilidade de transformação do seu ambiente urbano, através da criação de uma nova situação tanto no que se refere a usos quanto ao padrão de ocupação e construção” (Zancheti, Marinho e Lacerda, 1998,p.30).

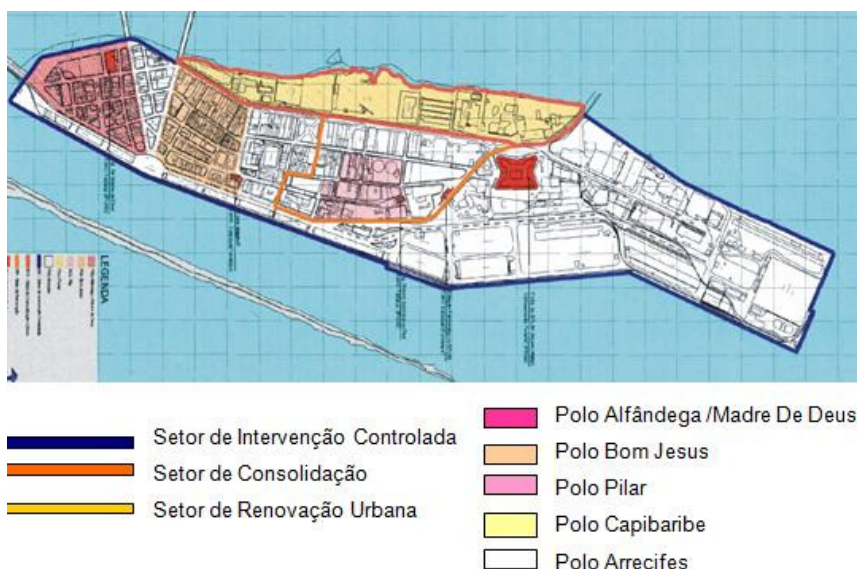


Figura 1: Mapa do Plano de Revitalização do Bairro do Recife, 1993.

Fonte: Prefeitura do Recife (2008)

Com base na caracterização de cada um dos referidos Setores, foram definidas diretrizes de intervenção, tendo sido propostos, para os seus Polos, os respectivos projetos de intervenção. Com relação à caracterização do Setor de Renovação – no qual se acha localizado o chamado Polo Pilar – considerava-se que:

[...] a área está praticamente destruída e ocupada por uma favela, deverá ser reconstruída segundo um plano de ocupação que será elaborado pela prefeitura, imediatamente após a aprovação da lei de uso e ocupação do solo específica para o bairro, este mesmo plano deverá fornecer solução para a relocação das construções da favela (Zancheti, Marinho e Lacerda, 1998, p.42)

O projeto de intervenção para o Pilar propunha a construção de um “Centro Múltiplo”: uma estrutura de usos de comércio, serviços, lazer e habitação, com o objetivo de contribuir para a eficiência econômica do Bairro do Recife a partir da recuperação física da área, denominada de “Favela do Rato”⁴.

Apesar de se ter considerado, na proposta do PRBR, a construção de habitações no Pilar, o Plano não chegou a ser desenvolvido a ponto de se criar as condições necessárias para a construção das

⁴ Favela do Rato era a denominação que se dava ao lugar conhecido hoje como Comunidade do Pilar. Denominação que se baseava, em termos, na alta concentração daquele tipo de roedor na área, atraídos pela presença do trigo utilizado no Moinho Recife, empresa que há décadas acha-se ali localizada. Alguns moradores afirmam que a alcunha de Favela do Rato, também, estava ligada ao fato segundo o qual, por viverem em precárias condições de vida, os moradores do lugar chegavam a “disputar” não só o espaço como também os restos de alimentos com os ratos. Assim sendo, em função dessa conotação negativa dos termos, os moradores do Pilar solicitaram a mudança do nome do seu lugar à Prefeitura do Recife a qual passou, desde então, a considerar aquele lugar como Comunidade Nossa Senhora do Pilar, referindo-se à presença da igreja de mesmo nome às suas proximidades, através do Decreto 18.570/2000.

habitações que tirassem os moradores do lugar das precárias condições de vida em que se encontravam.

Passado mais de vinte anos da elaboração do PRBR, observa-se que alguns dos setores referidos, com os seus respectivos polos, tornaram-se objeto de intervenções, cujos investimentos aplicados mudaram o estado de “decadência” em que se encontravam os objetos espaciais no momento da realização do diagnóstico sobre a área. Dois exemplos disso são representados pelos dois casos mais evidentes: o do Polo Bom Jesus e o do Polo Alfândega.

O primeiro, localizado no Setor de Intervenção Controlada, teve sua revitalização promovida pela Prefeitura do Recife em parceria com iniciativas privadas, com o que se vivenciou, na década de 1990, um período aparentemente dinâmico do ponto de vista econômico. Essa intervenção proporcionou a restauração dos imóveis da área, bem como a mudança dos seus usos com o incremento, notadamente, das atividades de bares e restaurantes. O segundo, localizado no mesmo Setor, ainda se encontra em processo de revitalização. Neste caso, o prédio da antiga Alfândega foi transformado num moderno centro comercial (no interior do seu “casco” histórico); a Igreja da Madre de Deus foi restaurada; bem como algumas obras de revitalização dos espaços públicos do entorno. Estes dois últimos casos foram realizados em parceria da Prefeitura do Recife com o Ministério da Cultura - Programa Monumenta/BID.

Entretanto, a área do Pilar continua sem receber nenhum investimento concreto. Com efeito, o Polo foi o único que não recebeu qualquer tipo de intervenção, não tendo, portanto, até agora se tornado um Polo como os casos acima citados. Pode-se observar, ainda, que seu estado de “degradação” agravou-se, diferentemente do que ocorreu, como lembramos acima, com áreas dos outros polos: Bom Jesus e Alfândega, por exemplo. Até mesmo a Igreja Nossa Senhora do Pilar, tombada pelo patrimônio histórico e artístico em âmbito federal, permanece abandonada, em estado muito precário de manutenção (**Figura 02 e 03**).



Figura 02: Igreja do Pilar

Publicado sob licença da HUMANAE. Revista Eletrônica da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA (ISSN 1517-7602). Endereço: http://www.esuda.com.br/revista_humanae.php. Utilize o seguinte formato para referenciar este artigo: Nery, N. S.; Castilho, C. J. M. de. A comunidade do Pilar e a revitalização do bairro do Recife: possibilidades de inclusão socioespacial dos moradores ou gentrificação. *Humanae*, v.1, n.2, p.19-36, Dez 2008.

Fonte: autores abril/2008



Figura 03: detalhe da Igreja do Pilar

Fonte: Autores abril/2008

A situação de precariedade da área do Pilar, associada a um modelo de organização socioespacial cada vez mais, seletivo e concentrador de renda, favoreceu ainda mais a concentração de pessoas sem acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade contemporânea. O que, por seu turno, agrava as condições socioespaciais de vida no lugar. Desse modo, convém reiterar, que o aumento das condições de pobreza dos moradores do Pilar não se deve, diretamente, ao acréscimo de mais de 500% do número de famílias morando na área. Em 1987, eram 89 famílias, em 1998, eram 370 e; em 2007, já se tinha 453 famílias na área; conforme dados da Prefeitura do Recife (2008). Elas continuam vivendo em barracos numa situação de existência bastante precária, sujeitos a todo tipo de violências (**Figuras 04 e 05**).



Figura 04: Tipo de habitações do Pilar
Fonte: Autores – abril/2008



Figura 05: Tipos de habitações do Pilar
Fonte: Autores – abril/2008

Ao longo da primeira década do século atual, foram elaborados e lançados outros programas relativos à recuperação urbanística da área do Pilar. Essa profusão de programas se deve também, por hipótese, ao fato da existência e permanência, durante décadas, de um tipo de ocupação tão distante dos padrões ideais não somente da propalada modernidade a qual, aliás, não atingiu aqueles moradores. Da mesma maneira, sabe-se que a proximidade entre as operações urbanas de destaque e as favelas (lugares dos pobres) representa, na verdade, a complexidade do processo de produção espacial das cidades numa sociedade de classes que deve ser considerada em qualquer política pública.

Nessa perspectiva, a Prefeitura do Recife em 2002, propôs a execução de um plano para a requalificação da área do Pilar, com garantias de permanência dos moradores. Essa proposta estava assegurada, naquele momento, por um acordo entre a gestão municipal, o governo do Estado e o Porto do Recife. O conteúdo desse acordo consistia na troca dos terrenos onde estava assentada a comunidade, por outras áreas. Este plano é denominado de “Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar” (PRUISCP) que possuía, entre outros objetivos, a construção de um centro comercial para atendimento a necessidades dos moradores do lugar⁵. O referido acordo não foi efetivado e o programa não foi implantado.

Em 2003, foi lançado outro plano, o do Complexo Turístico Cultural Recife Olinda que levou em conta, nas suas diretrizes gerais, a inclusão social e incorporou a proposta de requalificação urbanística do Pilar divulgada pela Prefeitura em 2002. Este plano propôs:

⁵ Lugar, aqui é compreendido e considerado como uma totalidade sócio-espacial a qual, de acordo com Milton Santos (1987), constitui um ponto de encontro, aproximação e coexistência de horizontalidades e verticalidades em permanente processo de construção.

Diretrizes e indicativos que favorecem uma ação integrada entre as administrações municipais, e a estadual no sentido de estimular a dinamização econômica da região, a partir da expectativa de afirmação de seu acervo e valores culturais, respeitando padrões de conservação do seu patrimônio histórico e ambiental (Marinho, 2003, p.1).

Em dezembro de 2007, a gestão municipal anunciou a superação do entrave de caráter fundiário: “a cessão de uso dos terrenos onde estão os moradores do Pilar passa do Porto para a Prefeitura do Recife”. O PRUISCP foi atualizado e apresentado aos moradores da área, numa perspectiva de intensa euforia com relação ao início das obras. Estas foram previstas para início em junho de 2008, devendo se prolongar em cerca de três anos. Com o apoio da mídia, esse clima de euforia ampliou-se ainda mais, sobretudo com a divulgação das ações do Programa mediante a seguinte manchete: *Obras do PAC vão mudar a cara da favela do Pilar*.⁶

Concretamente, a proposta apresentada aos moradores continha as seguintes ações: construção de 470 unidades habitacionais para as famílias que hoje moram em barracos; uma escola com atividades em tempo integral, nos três turnos e nos finais de semana; uma creche, um posto de saúde da família e um centro comercial que deverá abrigar açougue, padaria, mercearia, pequenos serviços, loja de confecção e venda de artesanatos, além de abrigar a estação de rádio comunitária já existente na área. Toda a infraestrutura urbana será contemplada no Programa, com pavimentação, drenagem, água, luz e saneamento.⁷ A Igreja Nossa Senhora de Pilar será restaurada e, à sua frente, será construída uma praça que se abrirá para a Avenida Alfredo Lisboa, integrando, assim, fisicamente, a área do Pilar ao Bairro do Recife e, por sua vez, à cidade como um todo.

O Programa ainda prevê a elaboração de um plano de desenvolvimento social, proporcionando aos moradores do Pilar, em linhas gerais, a capacitação das pessoas para a sua inserção na dinâmica econômica e social do bairro. Isso através do desenvolvimento de suas competências e das suas habilidades, identificadas no decorrer da implantação do trabalho social. As atividades de comércio e serviços já existentes no lugar também serão incluídas na proposta, segundo a própria Prefeitura do Recife (2008), como alternativas concretas de trabalho e renda.

É verdade que a idéia de requalificação de áreas urbanas numa perspectiva de criação de “espaços de oportunidades” não é algo novo nas discussões em torno do planejamento urbano. A citação abaixo lembra que:

Desde alguns anos, as áreas centrais começam a ser vistas pelo governo federal e pelos governos municipais como locais de oportunidades para geração de atividades e receitas, assim como produção habitacional. O discurso atual da reabilitação mistura motivações e propostas diversas, que incluem a requalificação (incluindo a recuperação do patrimônio, a atração de novos tipos de atividades e moradores, melhoria ambiental, algumas vezes a ‘limpeza social’), o repovoamento (inclusive como contraponto à expansão urbana) e, mais recentemente, os projetos integrados que aproveitam grandes terrenos públicos junto às orlas marítimas ou fluviais (Bidou-Zachariassen, 2006, p.13).

⁶ Título da matéria do Jornal do Commercio, um jornal de grande circulação no estado.

⁷ Uma obra orçada em R\$ 30.000.000,00 dos quais 70% serão oriundos do Programa Federal de Aceleração do Crescimento (PAC) e 30% da Prefeitura do Recife (2008).

A despeito de mais de 20 anos da elaboração do primeiro plano de revitalização para a área em apreço, somente no momento presente é que se está defendendo de modo mais enfático, do ponto de vista da gestão municipal a perspectiva da permanência dos moradores do Pilar na sua própria área de escolha. O que é plausível visto que se trata de um lugar que foi construído por eles mesmos ao longo da história de vida de cada morador, de cada família. Por se tratar, também, com o qual os moradores criaram vínculos de trabalho e de vida com as áreas do entorno. E também, por outro lado, pela necessidade de se fazer uma intervenção para atender a totalidade de forma igualitária, rompendo-se com os “nichos” de pobreza absoluta em meio a um contexto de propostas de revitalização urbana e de recuperação da dinâmica econômica. Os moradores do Pilar não devem sair, mas devem lutar por melhores condições de vida e de trabalho lá onde estão, procurando participar, ao mesmo tempo, da elaboração e da execução de todo plano, programa e projeto que lhes concernirem. Desse modo, espera-se que as propostas de articulação entre os investimentos urbanísticos e a concretização efetiva da inclusão socioespacial, como apresenta o PRUISCP, passem efetivamente a acontecer. Somente assim é que podemos vislumbrar uma perspectiva de desenvolvimento socioespacial nos termos colocados por Souza (2002).



Figura 06: Projeto das tipologias habitacionais do Pilar e da requalificação da Praça à frente a Igreja Nossa Sra. do Pilar
Fonte: Prefeitura do Recife - Secretaria de Cultura – DPPC - Agosto -2008

O lugar Pilar

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife (RECIFE, 2005), os moradores do Pilar apresentam um dos menores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município, mas se acham localizados numa área, classificada pela FIDEM⁸, como “território de oportunidades”. Isso porque o lugar está encravado na área central histórica do Recife, objeto de

⁸ De acordo com o Plano Diretor da Região Metropolitana do Recife, feito sob a coordenação da FIDEM em 1998.

tantas investigações, bem como de execução de planos e projetos, justamente porque se trata de uma área central que possui significativo valor imobiliário, histórico e cultural (**Figura 07**).



Figura 07

Imagem de satélite, 2005: Bairro do Recife, com destaque para a área do Pilar e pontos de referência do bairro.

Fonte: Prefeitura do Recife (2008)

A ocupação do Pilar teve seu início na década de 1970 quando o Porto do Recife, ainda pertencendo à PORTOBRÁS, desapropriou e demoliu seis quadras situadas entre a fábrica do Pilar e o Moinho Recife. As demolições foram feitas para a execução de obras contidas em um projeto de expansão do Porto, o qual terminou não acontecendo. O espaço deixado pelas quadras demolidas foi sendo ocupado gradativamente por famílias de baixa renda, que trabalhavam e ainda trabalham em outros pontos da área central histórica do Recife, predominantemente com as atividades portuárias e industriais do bairro e com as dos setores de comércio e serviços informais de outros bairros da área central. Com efeito, 72,4%⁹ dos moradores do Pilar trabalham nos bairros de Recife, Santo Antônio e São José, como também em outros bairros da cidade; 54,23% têm idade entre 15 e 59 anos (IBGE, 2000). Os moradores do Pilar constituem hoje, predominantemente, o grosso da população residente no bairro do Recife, vivendo em condições precárias de habitabilidade (**Figuras 08 e 09**).

⁹ Dados encontrados no Programa de requalificação urbanística e inserção social da comunidade do Pilar – Prefeitura do Recife 2002.

Publicado sob licença da HUMANAE. Revista Eletrônica da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA (ISSN 1517-7602). Endereço: http://www.esuda.com.br/revista_humanae.php. Utilize o seguinte formato para referenciar este artigo: Nery, N. S.; Castilho, C. J. M. de. A comunidade do Pilar e a revitalização do bairro do Recife: possibilidades de inclusão socioespacial dos moradores ou gentrificação. **Humanae**, v.1, n.2, p.19-36, Dez 2008.



Figura 08: habitantes do Pilar
Fonte: autores – abril/2008



Figura 09: habitantes do Pilar
Fonte: autores – abril/2008

No que concerne aos serviços públicos existentes no Pilar, observa-se a presença de uma escola pública municipal e um posto de saúde da família. Alguns barracos têm atividade comercial de lanchonetes e bares cujos frequentadores são, basicamente, os trabalhadores do Porto e das fábricas vizinhas. Segundo a Prefeitura do Recife, em 2003, alguns desses comerciantes foram incluídos num programa de desenvolvimento da economia social e solidária, passando a ocupar, com as barracas devidamente padronizadas, áreas do bairro nos dias dos grandes eventos. Esses

mesmos comerciantes também participam das atividades festivas desenvolvidas nos pátios da prefeitura, que lhes dá prioridade quanto à locação de suas barracas.

Essas medidas não são, de modo algum, suficientes para a concretização efetiva do desenvolvimento sócio-espacial, funcionam apenas como atenuadoras da situação socioespacial perversa em que vivem. Mas já é um passo no sentido do reconhecimento desses moradores como pessoas que precisam obter algum ganho monetário próximas do seu próprio lugar de vida.

Torna-se, também, imprescindível que eles aproveitem a condição que lhes é apresentada através da existência do programa urbanístico que propõe garantir a sua permanência no seu próprio lugar de vida, desenvolvendo mecanismos de participação que venham efetivamente contribuir com a sua inclusão socioespacial. Da mesma maneira, devem-se considerar as condições de vulnerabilidade desses moradores, que precisam ser fortalecidos.

A condição de permanência dos moradores pobres do Pilar, no Bairro do Recife, deve ultrapassar a garantia do acesso à moradia e à infraestrutura urbana. Isso porque, em curto ou médio prazo, eles podem correr o risco de serem substituídos por outros moradores pertencentes à outra classe social o que pode vir a caracterizar o fenômeno da gentrificação.

Não existem fórmulas ou modelos a serem seguidos, mas, é sabido que se essa população tiver a consciência de que tem direito à cidade e que deve aproveitar as oportunidades que a condição de estar no Bairro do Recife – um território de oportunidades oferece- lhe, poderá conseguir a sua inclusão socioespacial, evitando a “expulsão”.

Por esse motivo, sustenta-se que a participação dos moradores do lugar deve acontecer em todas as fases do Programa, desde a sua elaboração até a sua execução, enquanto mecanismo de fortalecimento. A legitimidade do Programa é condição primordial à sua apropriação e está associada à discussão, com eles, das suas reais necessidades e aspirações.

El Banco Mundial -World BanK em 1999, apunta como requerimientos esenciales para el éxito de proyectos en la conservación del patrimonio cultural y/o histórico la inclusión de la participación de la comunidad y la población local. Indica que el modo más eficaz de preservar el patrimonio construido es asegurar la participación de los ciudadanos en el proceso e planificación y decisión de las intervenciones. Esta propuesta ha sido ampliamente asumida en la literatura sobre planificación urbana, no entanto, la practica ha demostrado serias dificultades a la hora de concretizarse una participación popular representativa (Schiffer, 2002, p.307).

Identifica-se, atualmente, certa apatia dos moradores. Porém, esta situação está relacionada à falta de participação diante de um quadro de desconfiança, com relação ao que sempre se colocou para eles. Por exemplo, não há registro de manifestação dos moradores quanto à proposta do PRBR, como também não se têm registros da participação dos comerciantes e usuários do Pilar no processo de revitalização do Bairro do Recife.

A forma espacial da área é representada, figurativamente, como uma fortaleza, que os exclui fisicamente da cidade. Por outro lado, essa disposição espacial favorece a prática de atividades ilícitas que contribuem para a sobrevida de algumas famílias da área, o que, por seu lado,

proporciona certa ausência de participação e representatividade dos moradores do lugar junto às instâncias governamentais onde se elaboram e discutem os projetos e programas para a área.

Eles vivem na área em condições precárias de existência, subsistindo economicamente da informalidade, do comércio de rua, da prostituição e do tráfico de drogas. Estas duas últimas atividades são favorecidas pela sua localização estratégica, isto é, por se achar próxima ao Porto, bem como por ser uma área de visitação turística. Os seus barracos não diferem de nenhuma outra favela do Brasil, mas o fato de estarem fixados numa área de preservação histórica (ZEP 9)¹⁰, proporciona-lhes um forte diferencial do ponto de vista do valor imobiliário.

Talvez por esses motivos, os moradores não possuem associação comunitária e não participem, segundo a Prefeitura, das plenárias do orçamento participativo e, conseqüentemente, não possuem delegados¹¹ junto à gestão pública. É assim, um grupo social fragmentado e desmobilizado, o que os torna ainda mais frágeis para enfrentar qualquer processo de inclusão socioespacial, deixando o caminho livre para a consolidação de experiências urbanísticas que podem contribuir para a gentrificação dos espaços atingidos por programas de requalificação, tal como lembramos pouco mais acima.

Esses moradores deverão, reiteramos sentir-se à vontade e confiantes para participar de todo processo de planos, programas e projetos urbanísticos elaborados e executados em seus lugares de vida. Para isso, eles devem estar bem informados e preparados, o que lhes dará condições de intervir num processo que pode lhes garantir a permanência no lugar, e, conseqüentemente, a concretização da sua inclusão socioespacial.

Perspectiva concreta de inclusão socioespacial ou gentrificação

Diante do exposto, indaga-se, então, sobre quais são as perspectivas concretas de inclusão sócioespacial dos moradores do Pilar à vida do bairro. Já vimos que um dos mecanismos que poderá contribuir para isso é a participação social dos moradores em todo o processo de implantação do Programa. A partir dessa participação representativa e propositiva é necessário construir e consolidar o sentimento de “pertencimento”, dos moradores. O que se faz necessário, pois:

A sensação de “pertencimento” significa que precisamos nos sentir como pertencentes a tal lugar e ao mesmo tempo sentir que esse tal lugar nos pertence, e que assim acreditamos que podemos interferir e, mais do que tudo, que vale a pena interferir na rotina e nos rumos desse tal lugar (Amaral, 2008).¹²

Mas o mero sentimento de pertencimento também não é suficiente, pois, ainda se precisa construir a consciência de direito ao lugar. Associado a esse processo, é preciso também considerar a concretização de mecanismos de inclusão social e econômica. Não se pode perder de vista que os moradores do Pilar se encontram em condições de precisar, primordialmente,

¹⁰ ZEP 9 – Zona Especial de Preservação Histórica – de acordo com a Lei de uso e ocupação do Solo do Recife de 1996.

¹¹ Representante eleito pelos moradores do lugar para discutir as prioridades do orçamento municipal.

¹² Disponível em <http://www.esmpu.gov.br/dicionario>. Acesso em 30/03/2008.

satisfazer as suas necessidades primárias, tais como: comer, vestir, tomar banho etc. Vale reiterar que:

Vários pesquisadores, na Europa, Estados Unidos e América Latina, estão preocupados com os efeitos que as intervenções de requalificação podem causar nas áreas centrais, pois existem muitos casos em que famílias moradoras mais pobres foram substituídas por outras de classe média superior-gentrificação (Bidou-Zachariassen, 2006, p.07).

Construir o sentimento de pertencimento dos moradores ao lugar e promover a sua efetiva inclusão socioespacial se constituem, portanto, no grande desafio da gestão pública municipal, considerando o seu papel de protagonista do processo de implantação do Programa. Todavia, independentemente de considerar o lugar como Polo, como previa o PRBR, o PRUISCP terá que inserir os moradores no contexto econômico e social do bairro, assumindo papéis importantes no processo de revitalização. Esse, por sua vez, está sendo compreendido numa perspectiva de se conquistar saltos na direção do desenvolvimento socioespacial o qual, apesar de ser de difícil realização, sob a realidade da desigualdade capitalista, deverá ser perseguido enquanto meta.

Esse desenvolvimento deve questionar a lógica atual dos processos de revitalização em áreas urbanas centrais de valor histórico, cujo objetivo, aparentemente nobre, vem carregado de preconceitos e suas ações apresentam-se seletivas e excludentes. Os vários interesses devem estar postos à mesa de negociação, devendo ser compatibilizados e sustentados numa decisão política de inclusão sócio-espacial e não de gentrificação.

A necessidade de conciliar os diversos interesses presentes na área, não pode impedir a implantação do Programa. Superada essa etapa de implantação, deve-se estar atento para que a estrutura física montada não se constitua num enclave físico e social. Cada fase de implantação do PRUISCP se constitui em enormes desafios. Convém ressaltar, antes de qualquer coisa, a natureza desses processos de revitalização urbana em várias partes do mundo. Neste sentido:

Segundo Neil Smith, a “regeneração urbana” hoje representa uma estratégia central na competição global entre as diferentes aglomerações urbanas. O novo papel representado pela globalização do capital é também decisivo na sua generalização, incluindo a presença das mesmas empresas internacionais nos grandes projetos urbanos. Os projetos imobiliários se tornam peça central da economia produtiva da cidade, um fim em si, justificado pela criação de empregos, pela geração de impostos, pelo desenvolvimento do turismo e pela construção de grandes complexos culturais (Bidou-Zachariassen, 2006, p.09).

Esse processo, cuja intensidade teve seu maior impulso a partir dos anos da década de 1970 no mundo, tornou-se mais evidente no Brasil a partir do ano 1990. Isso tudo ligado a um acelerado processo de globalização econômica, facilitando a troca de experiências e a discussão de possibilidades concretas do desenvolvimento urbano no mundo atual. Nesse sentido vale reiterar que:

La internacionalización de la economía es un proceso histórico que se ha acelerado increíblemente desde mediados de los años 70, tanto en velocidad como en su alcance geográfico. Esto ha sido posible gracias a los avances tecnológicos extraordinarios particularmente en las áreas de informática, microelectrónica y telecomunicaciones basadas en redes digitales. No entanto, la fase actual de éste proceso ha nuevo desafíos al

desarrollo urbano sustentable de los países em desarrollo, los cuales presentan un contexto histórico en el cual la exclusión social no fue jamás enfrentada en termos de política pública (Schiffer, 2002, p.305).

A perspectiva apresentada pelo PRUISCP de geração de emprego e renda dos moradores, sem retirá-los dos seus espaços de moradia; através da construção do mercado público e da transformação do lugar num atrativo turístico, diante da restauração da Igreja tombada da Nossa Senhora do Pilar e da consolidação das ruínas que remontam a história do lugar e do nascimento da cidade do Recife, entre outras atividades e capacitações. Podem se constituir em elementos de fixação e consolidação da identidade dos moradores com o lugar e conseqüentemente na sua oportunidade de inclusão sócioespacial.

Há de se ter sempre a atenção em relação aos possíveis entraves, inerentes a processos de requalificação urbana em áreas de valor histórico, que também engloba em seus objetivos, a inclusão socioespacial. Esses se constituem em processos complexos e com enormes desafios para os gestores públicos e, principalmente, para os moradores das áreas em questão. Desse modo, torna-se importante destacar o fato de que:

No Brasil, começamos a falar e a implementar a reabilitação de centros mais tarde do que em outros países. E isso nos dá a vantagem de poder aprender com as experiências anteriores. Embora a preocupação maior seja com os discursos, claramente, gentrificadores, no sentido que lhe dá Neil Smith, considero importante nos preocupar também com as armadilhas e os efeitos perversos de políticas baseadas em falsos pressupostos, ou dos objetivos sociais que se inviabilizam a partir do êxito do econômico, ou ainda a transposição de modelos fora de seu contexto e sem crítica (Bidou-Zachariasen, 2006, p.14).

O que estamos propondo nesta discussão poderá ser concretizado na medida em que, por meio de um processo participativo, não se valorize apenas o espaço urbano no sentido da construção de um lugar que deva receber elementos de modernização, ligados a “ordens distantes”, à maneira de um rolo compressor apagam a vida existente (verticalidades), e alienam o espaço das pessoas. Mas, ao mesmo tempo, como um lugar que contém especificidades socioespaciais inerentes a “ordens próximas” (horizontalidades) que devem ser levadas em conta a fim de, realmente, promover a inclusão sócioespacial das pessoas, proporcionando-lhes o verdadeiro direito à cidade.

Essas especificidades referem-se, simultaneamente, ao conjunto de objetos espaciais e ações que, vinculados às necessidades reais dos moradores do lugar (espaço humano), devem ser utilizados no pensar, elaborar e implementar de qualquer programa urbanístico. Desse modo, ultrapassa-se o nível do setorial das ações sociais, chegando ao nível da complexidade e, por sua vez, da produção do espaço em sua totalidade. Assim é que poderemos evitar frustrações, e de fato, concretizar a inclusão sócioespacial das pessoas.

CONCLUSÃO

O presente texto teve como objetivo central a análise do Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar (PRUISCP), numa área econômica, histórica, cultural e

simbólica, importante da cidade do Recife (Bairro do Recife); discutindo as possibilidades concretas de inclusão social de moradores pobres, mediante a implantação desse programa.

A gestão municipal atual vem defendendo, com mais força, a implementação de ações concretas a cerca da inclusão socioespacial dos moradores do Pilar. Daí porque colocamos a seguinte questão: em que medida esta ação poderá acontecer efetivamente, considerando a imposição da lógica de mercado que se encontra presente nos programas de requalificação urbanística, principalmente em áreas de valor histórico cultural.

Foram identificados dois entraves, significativos e interrelacionados, à inclusão sócioespacial dos moradores do Pilar diante do PRUISCOP: a desorganização e a ausência de mobilização sócioespacial da parte dos moradores; e, por conseguinte, a ausência de um envolvimento mais efetivo no processo de discussão e elaboração do programa para o lugar, provavelmente em decorrência do primeiro.

Defendemos que os entraves deverão ser superados para que se consiga construir a participação social efetiva dos moradores. A partir daí, eles poderão, com conhecimento de causa e a consciência de pertencimento ao lugar, mudar as condições de vida e trabalho em que se encontram e, finalmente, incluírem-se socioespacialmente na dinâmica da cidade.

Considera-se, por fim, o conjunto de idéias exposto acima como um primeiro passo em um processo mais longo e permanente de desenvolvimento socioespacial.

REFERÊNCIAS

Arantes, Otília. Vainer, Carmem. Maricato, Ermínia. **A Cidade do pensamento único**. São Paulo. Editora Vozes. 2000.

Beatriz Kara, José. **Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura, na revitalização do centro de São Paulo 1995/2000**. São Paulo. Editora Annablume, 2007.

Bidou-Zachariassen, Catherine. **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo. Editora Annablume, 2006.

Castilho, Cláudio Jorge Moura de. A turistificação do espaço da cidade de Recife: uma estratégia para o desenvolvimento sócio-espacial local? **Espaço e geografia**, Brasília, v. 3, n.1, p.161-176, jan./jun. 2000a.

_____. O discurso do turismo e a difusão da globalização em uma metrópole de região subdesenvolvida: da formação de representações socioespaciais à manutenção da ordem socioterritorial em Recife. **Revista de geografia**, Recife, v.16, n.1, p.68-112, jan./dez. 2000b.

Cervellati. Píer Luigi, Scannavini, Roberto, Bolonha – **Política Y metodologia de La Restauracion de Centros Históricos**. Itália 1972. (mimeo)

Publicado sob licença da HUMANAE. Revista Eletrônica da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA (ISSN 1517-7602). Endereço: http://www.esuda.com.br/revista_humanae.php. Utilize o seguinte formato para referenciar este artigo: Nery, N. S.; Castilho, C. J. M. de. A comunidade do Pilar e a revitalização do bairro do Recife: possibilidades de inclusão socioespacial dos moradores ou gentrificação. **Humanae**, v.1, n.2, p.19-36, Dez 2008.

Maricato, Ermínia. **Dimensões da tragédia urbana, 2002**. Disponível em: <<http://www.consciência.br>> Acesso em 12 maio 2007.

Nery Nancy; Castilho, Cláudio. Programa de requalificação urbanística e inclusão social da comunidade do Pilar: uma reflexão sobre as possibilidades de inclusão Social dos moradores. **7º Colóquio de Transformações Territoriais do Comitê Acadêmico de Desenvolvimento Regional da AUGM- Associação de Universidades Grupo Montevideo**. Curitiba-PR , 2008.

Pontual, Virginia. **Uma cidade e dois prefeitos: Narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950**. Recife: Ed. UFPE, 2001.

Recife, Prefeitura do. **Programa de requalificação urbanística e inclusão social da comunidade do Pilar- PRUISCP, 2007**

____ **Atlas de desenvolvimento humano**. Recife, 2005.

____ **Complexo turístico cultural Recife Olinda**. Marinho, Geraldo (Coord.) 2003

____ **Programa de requalificação urbanística e inserção social da comunidade do Pilar**. PRUISCP. 2002

____ **Território Recife**. Diretoria de Projetos Urbanos da URB, 2002.

____ **Processo de revitalização do Bairro do Recife 1986-2001**. Furtado, Fátima (Coord.) 2001.

____ **Levantamento das áreas pobres do Recife**. Secretaria de Planejamento URB- 2002.

____ **Plano específico de Revitalização da zona especial de preservação do patrimônio histórico cultural**. Lei municipal 16.290/97.

Pernambuco, Governo de Estado de. **Plano Diretor da Região Metropolitana do Recife – FIDEM 1998**.

____ **Plano de desenvolvimento do Porto Digital- Proposta para discussão** Gonçalves, Paula (Coord.) 2001.

Santos, Milton. **A natureza do espaço. Tempo e técnica. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

Schiffer, Suely Ramos. **La conservación urbana y La superación de la pobreza. Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. CECI. Recife. Editora da Universidade de Pernambuco, 2002

Souza, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Publicado sob licença da HUMANAE. Revista Eletrônica da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA (ISSN 1517-7602). Endereço: http://www.esuda.com.br/revista_humanae.php. Utilize o seguinte formato para referenciar este artigo: Nery, N. S.; Castilho, C. J. M. de. A comunidade do Pilar e a revitalização do bairro do Recife: possibilidades de inclusão socioespacial dos moradores ou gentrificação. **Humanae**, v.1, n.2, p.19-36, Dez 2008.

Torres, Haroldo da Gama et al. **Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo**. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br>. Acesso em 24/09/2007.

Zancheti Silvio, Lacerda Norma, A Revitalização de Áreas Históricas como Estratégia de Desenvolvimento Local: Avaliação do caso do Bairro do Recife. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza. v.30, n 1, p 8-24, jan-mar, 1999).

Zancheti, Silvio; Marinho, Geraldo; Lacerda, Norma (Orgs.). **Revitalização do Bairro do Recife. Plano, Regulação e Avaliação**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.